



13 de junho de 2018

Estatísticas Municipais e Uso de Registros Administrativos

Palestrante – Roberto Luís Olinto Ramos, Presidente do IBGE



## **CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE**

Ata da reunião de 13 de junho de 2018

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Estatísticas Municipais e Uso de Registros Administrativos

Os tópicos da apresentação realizada pelo Presidente do IBGE, Roberto Luís Olinto Ramos, foram os seguintes:

- Uma questão que tem nos preocupado muito é a mudança no perfil do mundo, que vem buscando a construção de uma sociedade pautada no desenvolvimento sustentável. Diante disso precisamos discutir qual é o papel do IBGE (que será chamado ao longo da apresentação de Instituto de Estatística) hoje em dia.

- Temos um ambiente de produção de informação (o *big data*), onde a velocidade de processamento e o armazenamento deixaram de ser um problema. Assim, existem mais pessoas produzindo informação, o que gera uma comunicação acelerada proveniente de diferentes mídias, além das tradicionais (televisão, rádio). Hoje, quando divulgamos algum dado, ele aparece na internet e às vezes nem chega ao jornal impresso porque já perdeu a relevância.

- Estamos inseridos em uma sociedade extremamente quantitativa e numérica: tudo é dado ou percentual. A forma que o Instituto de Estatísticas deve atuar neste contexto é uma discussão permanente. Assim, o Instituto deve ter credibilidade e velocidade não só para disseminar informação, mas também para comunicar. A tabela é um dado, mas ela precisa ser inteligível e acessível. A linguagem deve ser compreensível.

- Por esse motivo, O IBGE está com uma agência de notícias produzindo conteúdo o tempo inteiro e com textos mais didáticos. O Instituto de Estatísticas deve aprender a sobreviver nesse ambiente. As contraposições são permanentes. Quando você divulga um dado sempre vai ter alguém para contrariar.

- O IBGE está trabalhando na Agenda 2030, um grande acordo entre os países das Nações Unidas que traçaram objetivos em comum, são 169 metas e 244 indicadores.

- É importante desagregar o município para um olhar mais atento. A desagregação é tanto uma

questão geográfica quanto uma questão de classes específicas, como idade, gênero e renda. Esse é o grande desafio de um instituto de estatísticas, como é o caso do IBGE.

- A grande operação que vai permitir formar uma base do município para qualquer estudo futuro é a estimativa populacional, mas o custo para uma operação desse porte é muito dispendiosa. O Instituto de Estatísticas, neste contexto, deve se tornar um dos atores para discutir o orçamento.

- Temos atualmente uma pesquisa municipal que realiza questionários em todas as prefeituras perguntando como é a gestão em cada uma delas.

*Aparte de Luiz Roberto Arueira, coordenador técnico de Informações da Cidade*

*“Aqui no Rio quem faz esse meio de campo é o IPP. O IBGE envia os dados para a nossa equipe e tornamos os dados disponíveis em nossa plataforma”.*

- O saneamento não é uma prioridade do brasileiro, ninguém olha se a poluição da Baía de Guanabara melhorou ou piorou. A PNSB (Pesquisa Nacional de Saneamento Básico) deve ser utilizada em todo o país, pois é uma pesquisa-chave, mas é complicada porque também é realizada pela Prefeitura.

- A ideia do saneamento é de um lado ir até a Prefeitura e descobrir a pessoa responsável pela operação do sistema de saneamento e, de outro lado, entender quem a Prefeitura está atendendo, que é o caso da Pesquisa Nacional Domiciliar (PNAD). É importante entender os dois pontos de vistas para maior compreensão. Mas a PNAD não tem corte municipal, ela só atende até a região metropolitana.

- O pesquisador tem o conhecimento e a técnica de elaborar perguntas de coberturas para descobrir o nível de saneamento básico e os índices de tratamento de esgoto. Para fazer política pública não é necessário muito detalhe, o próprio anuário da Prefeitura oferece uma boa visão da situação.

- As concessionárias devem relatar o quanto investiram em suas redes, oferecendo uma avaliação.

- Os cartórios são obrigados a informar ao IBGE cada um dos registros. O ideal é que os cartórios automatizem esse registro diretamente para o IBGE e para a Receita Federal, pois já dá para ter uma grande quantidade de informações sobre transações imobiliárias e construções na cidade.

- A nota fiscal é a chave para fazer estatísticas no Brasil atualmente.

- A base de dados do Ministério da Saúde é muito boa na declaração de taxa de natalidade e

mortalidade.

- Até pouco tempo o registro de nascimento era pago. Atualmente apenas a segunda via é paga. O registro não significa necessariamente que a pessoa está na estatística.

- O IBGE uniu esforços com o cartório para desenvolver um programa que consiste em unificar as informações que chegam e identificar as fontes coletadas. O objetivo é informatizar o cartório e ter um sistema de informatização rápido. Ainda não são todos os cartórios que são informatizados.

- O único caminho para ter demografia séria no país é o Estado definir uma série de regras pautadas pelos dados informatizados.

- Países nórdicos como a Holanda não realizam o Censo há muitos anos porque não é necessário nesses lugares.

- Estamos tentando fazer o Censo em uma comunidade indígena do Mato Grosso do Sul e não estamos conseguindo entrar lá.

- Nós temos um quadro de dados incompletos permanentemente no país, ou seja, pesquisas que não cobrem determinados detalhes ou determinadas áreas. Por exemplo, pesquisa de amostragem não consegue alcançar o município.

- O Censo Agropecuário pretende fazer agora um cadastro Brasil do IBGE, mas os cadastros não se comunicam. Atualmente nós temos Receita Federal, Ministério do Desenvolvimento Social (a Bolsa Família, o Cadastro Único) e não conseguimos unir todos em uma base única.

- A gente tem um embate sem fim com a Receita. Nós não conseguimos fazer algo que o mundo todo já faz: usar a base de dados da Receita para fazer estatística. Eles dizem que o sigilo fiscal é maior que o sigilo estatístico, mas se a justiça manda o IBGE dar alguma informação, nós podemos negar e somos assegurados pela lei. Já se a justiça pede alguma informação da receita, ela tem que dar na hora.

- O que é o eSocial? Toda transação trabalhista desse país é registrado lá. A lógica do eSocial é ser um diretório que vai ser controlado pela Receita Federal, pelo INSS, e pelo Ministério do Trabalho. Você coloca as informações lá, de forma bruta, e cada diretório vai pegar o que lhe cabe e fazer as estatísticas disso.

- Com as notas fiscais eletrônicas, você pode ter indicadores de consumo por estado e município, se quiser. É só uma questão de processamento, ter acesso à base de dados e operar.

- Com a nota fiscal eletrônica você consegue mais dados do que os que a Receita possui.

- Eu estou sempre batendo nessa tecla, acho que a nota fiscal é o caminho para os estados.

- Ter leis de sigilo, acesso e compartilhamento é minimamente mais moderno. Em países da União Europeia, por exemplo, o acesso à informação é garantido e gratuito.
- E para o IBGE, quanto mais estados tiverem esse tipo de acordo, melhor para nós. Não só nos ajuda como também começa a mudar a cultura de geração de indicador.
- A nossa dificuldade pra fazer isso nos estados é que o IBGE não dispõe de equipes para isso. A ideia é fazer convênios, trabalhar junto.

*Aparte do conselheiro Jailson de Souza:*

*Parece-me que tanto o IPP como o IBGE deveriam ser institutos voltados para produzir inteligência que nos permitam lidar melhor com a realidade, seja ela urbana, ou do campo. Então, qual é a finalidade do IBGE? Qual a finalidade do produto que ele gera? Se essa discussão não é feita você termina muitas vezes produzindo um dado que não ajuda a compreender a realidade e modificar. Um exemplo é o conceito de aglomerado subnormal, que é uma das piores coisas que o IBGE produz, é um conceito que não dá conta minimamente de distinguir o que é o espaço do favelado, da vila, da invasão; só tem elementos negativos e caracteriza a Maré, por exemplo, como só favela. Então para produzirmos dados sobre a Maré, temos que pegar a informação do IBGE e arrumar de outro jeito para conseguir se aproximar daquela realidade. A forma como o IBGE está conceituando determinados territórios termina dificultando a própria produção do dado. Então, temos uma discussão antiga que é: como caracterizar o espaço da favela de forma que nos permita efetivamente apreender melhor aquela realidade?*

- Eu particularmente não gosto do conceito de aglomerado, mas eu não sou da área e respeito o pessoal da geografia. Também não gosto da classificação de negros e pardos, acho pardo horrível, e nem dá para traduzir para o inglês, porque "brown" é pior ainda. Mas isso foi uma pesquisa que o IBGE realizou junto à sociedade civil da época no censo de 2010.

-A lógica do IBGE é ouvir e produzir informação que tenha utilidade, se não tem utilidade não é estatística. Mas como produzir isso atendendo conceitos que não são razoavelmente consensuais? Disponibilizando microdados para o usuário, que pode compartilhar conosco o seu significado, mas sem alterar os dados oficiais do país.

-O IBGE se atém aos conceitos que são mais discutidos e consensuais. A própria questão de cor de pele foi discutida e chegou-se a conclusão que conhecemos hoje. Mas a ideia é que se tenha por trás disso os micro dados da sociedade civil para podermos avançar nesses estudos.

- Nada impede que a gente promova um grande debate sobre os conceitos, mas o problema maior é que o IBGE não consegue fazer pesquisa num detalhe que precisaria, por exemplo, de bairros do Rio de Janeiro. Num senso demográfico sim, porque vamos passar por lá. Mas a

dinâmica disso é só de dez em dez anos, o que hoje é complicado.

*Aparte do conselheiro Jailson de Souza:*

*O senhor não acha que é função do IBGE construir padrões mais universais e ao mesmo tempo mais próximos, mais locais?*

- Esse é o nosso papel: dar aos coordenadores as informações e criar um fórum de discussão para harmonizar os conceitos.

*Aparte de Luiz Roberto Arueira, coordenador técnico de Informações da Cidade:*

*- O Jailson falou dois pontos importantes. Um ponto é pegar a particularidade da dinâmica social de determinadas áreas para fazer análise, e o outro é a classificação de favela como aglomerado subnormal. Se o problema é só a divisão de aglomerado subnormal, tirando essa denominação a gente já vai resolver a segundo questão que você colocou.*

*- No Rio de Janeiro, por um acordo que fizemos com o IBGE, passa-se uma borracha em aglomerado subnormal e substitui por cadastro de favela. Salvo os 5% que ainda não conseguimos uniformizar. E conceito de favela está descrito no Plano Diretor e não podemos mudar isso.*

*- Já existe um glossário onde é definido "o que é favela". Devemos fazer um seminário para discutir o tema sim, mas esse pulo para adaptar no censo é grande. Se a gente vai manter o acordo com o IBGE que no Rio de Janeiro aglomerado subnormal é favela, criamos um empecilho porque a tabela de favelas segue uma norma e nós estaríamos seguindo outra.*

*- É isso que queremos? Não é bom para o Rio ter um cadastro de favelas refletido quase que integralmente nas pesquisas censitárias? Queremos correr o risco de deixarmos de ter isso? Além do conceito, existem outras questões envolvidas.*

*Aparte do conselheiro Jailson de Souza:*

- A primeira coisa que temos que fazer é mudar o nome de aglomerado subnormal, porque dizer que a periferia não é um local normal já é um grande problema de estigmatização. A partir disso, propor ao IBGE que identifique isso da maneira certa e, assim, verificar se é possível estabelecer um conceito unificador da realidade periférica do Brasil.

- Nós temos que definir quais são os elementos que caracterizam a favela. Para mim, um elemento que caracteriza a favela é a falta de domínio do poder público. Algo muito mais relevante do que julgar apenas pela paisagem.

*Aparte de Fernando Cavallieri, assessor especial da Coordenadoria Técnica de Projetos Especiais:*

- *O censo demográfico é a pesquisa mais importante para os municípios, pois tem um maior nível de detalhes. Em São Paulo os municípios tem uma grande simetria, o que cabe a grande megalópole, cabe aos municípios pequenos. E isso é uma questão que prejudica muito a gestão pública.*
- *O IBGE, naturalmente como um órgão que está nesse meio, também refletia muito isso. E grande parte tem que ser assim mesmo, o que faz para um tem que fazer para os demais. Mas também já vem evoluindo no sentido de entender que as grandes cidades têm necessidades que os pequenos municípios não têm.*
- *Um aspecto que nos interessa muito é esse da desagregação dos dados. A maior parte dos municípios brasileiros é pequena. A ideia seria continuar trabalhando no sentido de que o senso tem que ter uma homogeneidade, sem dar mais para um e menos para outro.*
- *Ainda assim, tem que continuar nesse trabalho que ele vem fazendo de perceber que as realidades são muito distintas no Brasil e não só do ponto de vista geográfico, mas também no tamanho das populações nos municípios.*
- *A Pnad Contínua, por exemplo, deu um passo muito grande. Ela hoje tem dados para as populações das capitais. A proposta é aumentar esse censo universo e diminuir o censo amostra.*

*Aparte da Conselheira Maria Alice*

- *Luís, em parte isso tem impacto sobre a questão que o Jailson colocou também. Você mencionou logo no começo o aumento de produtores de informação. Nós estamos discutindo aqui alguns exemplos que você deu e todos eles são produtores de informação estatais, que fazem política de estado. No Brasil, os dados são sempre uma política de estado e isso é uma herança que tem história, não é natural. Alguns países não tem essa produção atrelada ao estado, é público, mas não é necessariamente estatal.*

*Luís Olinto, presidente do IBGE, retoma a palavra:*

- *Na verdade a informação oficial é gerada por um órgão do governo e há uma discussão sobre informação nacional. O órgão é homologado desde que ele cumpra o código de boas práticas estatísticas. Isso é padrão na União Europeia. Mas, normalmente, a informação oficial vem de algum órgão do Estado.*

*Aparte da Conselheira Maria Alice*

*- Nós devíamos caminhar na nossa discussão sobre esse aumento dos produtores de dados, a fim de pensar uma política social de produção de dados. É claro que isso não deve acontecer de forma anárquica, mas existem formas de credenciar, assim como a União Europeia está fazendo agora.*

*- Muitas das questões têm uma escala, como, por exemplo, a questão do que significa viver em favela. Isso é uma discussão que vai extrair um conjunto de conceitos, mas não é aplicado num censo estatal.*

*- Eu acho que isso poderia partir de um tipo de organização de inteligência que não tem a ver necessariamente com o Estado.*

*- Nós temos o péssimo hábito de condenar todas as organizações não governamentais, mas elas poderiam se qualificar ou se credenciar como construtoras desses dados.*

*- Na filosofia de incorporação de novos produtores, a discussão não deve ser somente a produção estatal de dados.*

*Luís Olinto, presidente do IBGE, retoma a palavra:*

- Já estão na nossa pauta de discussão duas coisas (que não são imediatas): a estatística experimental, disponível para ser usada e que pode ser alterada, pode ter erros, mas tem qualidade suficiente para alguma coisa; a segunda questão é a homologação. O Instituto de Estatística homologaria produtores, mas existem alguns detalhes.

- A produção oficial é a informação que vai servir para referências legais ao país. O índice de preço oficial do Brasil é o INCP do IBGE, que foi uma delegação que o IBGE recebeu. Agora, índices de preço existem vários sendo publicados, o que é muito bom.

- Toda informação que vai, de alguma forma, regular contrato tem caráter oficial. Isso garante estabilidade e o controle social da informação.

- Tem duas outras informações que são importantes: uma é a informação para o país, por exemplo, o índice de felicidade, o de riqueza inclusiva, o IDH são informações que não fazem parte do padrão internacional. São úteis, mas você tem questionamentos, você tem alternativas. O próprio conceito de felicidade é extremamente discutível. Então, é um conjunto de informação que deve ser gerado pela sociedade civil e que devem seguir o princípio da transparência e explicação clara da metodologia, mas que não têm uma função contratual e legal.

- Aqui é importante destacar o papel do IBGE na democracia, que é disseminar e comunicar a



informação a todos. Ou seja, transmitir uma informação clara, compreensível e que todos tenham acesso.

- Existe sim um espaço para a geração de informação, que é fundamental para a criação de um sistema de informação nacional. São organismos privados ou, eventualmente, públicos produzindo informação não reconhecida como padrão, mas que tem utilidade.

*Aparte do conselheiro Jailson de Souza:*

*Como uma instituição de inteligência como o IBGE, num país como o Brasil, um dos mais desiguais do mundo, como essa questão de lutar contra a desigualdade não vai ser uma ideia central na produção de estatísticas? É necessário pensar em como se produz dados que ajudem a impactar essa questão.*

*Luís Olinto, presidente do IBGE, retoma a palavra:*

- Vou dar o Banco Central como exemplo. Todo o crédito da pessoa física está lá, atrelado ao CPF do cidadão. Mas não informa a cor da pessoa, a raça, a idade. E o IBGE não vai conseguir isso nunca. Só se tiver um sistema de informação onde as demandas se apresentem e o Estado passe a ter diretrizes de informação que permitam atender a essas demandas.

- Diretriz é o seguinte: quando alguma entidade demanda algum tipo de informação estatística essa informação precisa estar numa base de dados que possa ser tabulado.

- O que isso significa? Por exemplo, é responsabilidade do IBGE fazer uma tabulação sobre a composição social da família brasileira. Existe muita informação no censo – domicílio, escolaridade, idade, etc – agora, se a pessoa tem uma dívida e de onde ela pegou esse dinheiro, essa informação está no Banco Central. Eu preciso juntar informação.

- A informação, mal ou bem, existe. Mas o que existe não é completamente explorado. Então a única forma de responder todas as demandas – e o IBGE está lutando por isso – é criar um efetivo de sistema nacional de informação estatística com os produtores integrados. Só que esse é um projeto para daqui a 30 anos.

Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.

